

Mais do mesmo na política externa

MARCELO DE PAIVA ABREU

A vitória de Lula nas eleições presidenciais, hoje o cenário mais provável, tem suscitado incerteza quanto à manutenção das políticas adotadas no seu primeiro mandato. Há incerteza, em particular, quanto ao grau de efetivo compromisso de Lula II com políticas macroeconômicas prudentes, dadas as dificuldades notórias quanto ao controle do crescimento de gastos públicos e o reiterado enfraquecimento do núcleo duro da política econômica, na esteira da indicação para altos cargos na administração pública de críticos das políticas que vinham sendo adotadas. Há incerteza também quanto a outras políticas de governo. Mudança radical da política econômica seria indesejável, por se tratar de um dos raros acertos do governo neste quadriênio. Já no caso de outras políticas, seria altamente desejável que o governo tratasse de melhorar seu desempenho. O caso da política externa é emblemático.

Rememoremos. O governo Lula engajou-se em redefinição inicial dos objetivos da política externa e tem, desde então, perseguido as prioridades daí decorrentes. Ampliou-se o escopo da diplomacia presidencial com base na imagem do presidente como líder sindical opositorista que, afinal, havia vencido as eleições presidenciais. A diplomacia passou a ter elemento pirotécnico hiperdimensionado: enfatizou-se de forma grotesca o ângulo propagandístico em detrimento da substância. O objetivo de fazer o Brasil membro do Conselho Permanente, ampliado numa reforma das Nações Unidas (ONU), passou a ocupar lugar central na estratégia diplomática brasileira. Em sintonia com este objetivo se sublinhou a prioridade das relações com as economias baleias: China e Índia, em especial. A integração sulamericana e a expansão do Mercosul ocuparam posição de preeminência na agenda diplomática, em parte como projeto de contraponto à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), caracterizada como projeto norte-americano. Privilegiou-se a relação com Caracas com base na convergência política entre os governos Hugo Chávez e Lula. Manteve-se a prioridade das negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Durante um bom tempo a política externa foi a teteia da intelligentsia alinhada com o governo. Era a política que fazia o contraponto das políticas ortodoxas adotadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central. Depois dos sucessivos tropeços e, em especial, da perda de face na Bolívia, a unanimidade dos salões parece ter trocado de sinal. E é verdade que o balanço das ações da diplomacia brasileira no último triênio com base nestas prioridades definidas em 2003 pareceria a qualquer observador razoavelmente desapassionado ser claramente caracterizado por desgaste e fracasso. Foi erodida a imagem simpática do presidente operário que deu certo. Fracassaram propostas irrealistas na tentativa de mobilizar a opinião pública mundial contra a fome. Os planos quanto à ONU afundaram com o veto chinês ao Japão e a desagregação daí decorrente do grupo de postulantes unidos, que incluía também a Alemanha e a Índia. Houve reavaliação das relações com Beijing: poucos negócios da China e muita concorrência chinesa no Brasil e em terceiros mercados. Os acordos comerciais com a Índia e a África do Sul foram apenas medíocres. O que houve de melhor na diplomacia brasileira foi a atuação na coalizão do G-20, bloqueando a aliança inicial entre os EUA e a União Européia rumo a uma rodada insatisfatória para as economias em desenvolvimento. Resta saber se a coalizão será tão eficaz como *demandeuse* na obtenção dos resultados que mais interessam ao Brasil. Na Alca se pagou o ônus da posição principista contra os EUA, quando eram claras as dificuldades de os EUA oferecerem acesso substantivo em bens agrícolas. Viveu-se a ilusão de que numa Alca light seria possível negociar o universo de bens. Ao impasse na Alca se

somou o impasse nas negociações com a União Européia, que politicamente poderiam oferecer o contraste político que o governo perseguia com relação à Alca.

Foi na América do Sul que a diplomacia brasileira ficou mais exposta. No Mercosul em decomposição foram aceitas salvaguardas - Mecanismo de Adaptação Competitiva - que minam ainda mais a iniciativa de integração, já marcada por numerosas exceções. Em diversos episódios se explicitou a resistência regional ao protagonismo brasileiro. A aproximação política com a Venezuela de Chávez complicou as relações do Brasil com muitos interlocutores na América do Sul. O nadir da ação recente do Itamaraty foi a deterioração das relações com a Bolívia, em meio ao vexame de admitir como aceitável a intermediação de Chávez. E tome diplomacia altiva...

Mas 'assim é se lhe parece'. Marco Aurélio Garcia revelou-se pirandelliano ao autocongratular-se recentemente: 'Nosso objetivo internacional era integrar a América do Sul. E conseguimos.' Dada tal ausência de autocritica, o cenário mais provável com relação à política externa é 'mais do mesmo'. A esperança de que a deterioração da conjuntura econômica internacional pudesse contribuir para aumentar o realismo da política externa brasileira esbarra no autismo da auto-avaliação. Pode-se esperar continuidade do controle do Planalto com mudanças apenas cosméticas no modelo decisório totêmico Garcia-Amorim-Guimarães. As dúvidas são quanto ao estoque de novos fogos de artifício que alimentarão a pirotecnia diplomática no novo quadriênio e à velocidade do apodrecimento das relações sul-americanas, dentro e fora do Mercosul.

A vitória da oposição talvez permitisse o início de lento processo de restauração de credibilidade. A adoção de políticas defensivas quanto a Chávez e Evo Morales. Decisão quanto ao Mercosul que o Brasil efetivamente quer. Temperar a pirotecnia com substância na direção de acordos modestos e factíveis. Mais disposição para abrir a economia. Mas é cenário improvável.?

*Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio